



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1006369-22.2015.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia**
Requerente: **CARLOS MARTINS DE MELO & CIAS LTDA ME**
Requerido: **Telefônica Brasil S/A**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora se volta contra sua inclusão perante órgãos de proteção ao crédito lançada pela ré em decorrência de contrato de prestação de serviços de telefonia fixa que refutou ter celebrado.

A primeira questão que se coloca a exame nos autos concerne a saber se as partes estabeleceram a relação jurídica trazida à colação.

A autora na petição inicial sustentou que nunca firmou com a ré negócio dessa natureza e por tal motivo os pagamentos que implementou a esse título seriam indevidos (ela pleiteou a devolução do montante respectivo), a exemplo de sua negatificação por não ter quitado outras faturas emitidas a propósito.

Já a ré destacou que a contratação aconteceu e ao longo do processo ela amealhou a gravação que cristalizaria o ajuste entre as partes.

A oitiva dessa gravação permite concluir que efetivamente foi contratada uma linha fixa em nome da pessoa física do representante da autora, pois ele declinou então que o CNPJ da mesma ainda não ficara pronto.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Entretanto, é possível extrair do contato que quando o representante da autora forneceu o CEP de sua residência a atendente da ré mencionou o nome da correspondente via pública como sendo "Rua Icaraí", ao que aquele corrigiu como sendo na verdade "Rua Inajá".

Já o documento de fl. 81 destaca que o endereço do representante da autora junto à ré é o constante da Rua Icaraí.

Por outro lado, as faturas de fls. 75/77 e 79 patenteiam que não houve utilização alguma de serviços por parte da ré em face da linha telefônica fixa versada, restringindo-se as cobranças à "assinatura mensal" ajustada.

Diante desse cenário, a explicação dada pela autora a fls. 132/134 é no mínimo verossímil.

Mesmo que ela encerre em última análise a modificação da posição que a autora teve num primeiro momento, de negativa completa da contratação, remanesce a dúvida consistente quanto à correta implementação do ajuste, ou seja, relativamente ao endereço em que se teria dado a instalação da linha fixa.

Isso porque como ficou clara a completa falta de liame entre a autora ou seu representante com o endereço da Rua Icaraí, expressamente refutado na gravação telefônica coligida pela ré inclusive, não se pode afirmar a adequada disponibilização dos serviços contratados.

Aliás, a circunstância da autora ou seu representante não tê-los usado minimamente reforça a convicção de que a transação não se aperfeiçoou.

A conjugação desses elementos conduz ao acolhimento parcial da pretensão deduzida, sendo de rigor a devolução dos valores despendidos pela autora, não impugnados pela ré, diga-se de passagem, por serviços de que não se valeu à míngua de lastro a sustentar o seu pagamento.

Solução diversa aplica-se ao pedido de ressarcimento dos danos morais.

Ele assentou-se na indevida negativação da autora, mas os ofícios de fls. 92 e 97 deixam claro que a ré em momento algum ultimou a inserção da autora perante órgãos de proteção ao crédito por não ter quitado faturas emitidas em função dos serviços em pauta.

Isso significa que as correspondências de fls. 78 e 80 não tiveram continuidade para fins de consumação da negativação da autora.

Nem se diga que o envio de cobranças sem respaldo levaria a alternativa diversa.

Em primeiro lugar, esse não foi o fundamento invocado pela autora no particular e, como se não bastasse, tal circunstância não seria apta a dar margem a dano moral indenizável.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Conquanto se reconheça a inadequação da situação, ela não acarretou abalo à imagem da autora e não assumiu tamanha relevância ao ponto de configurar o dano moral passível de reparação.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 471,60, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 06 de abril de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**